

QGEP  
Participações S.A.

**Informações financeiras  
trimestrais Individuais e  
Consolidadas referente ao Período  
Findo em 31 de março de 2017**

## Mensagem da Administração

O desempenho do primeiro trimestre de 2017 veio em linha com as expectativas, com os resultados financeiros da QGEP estáveis em relação ao quarto trimestre de 2016, tanto em termos de produção de gás, como de EBITDAX. O EBITDAX registrou queda na comparação com o mesmo período do ano passado, reflexo da menor produção de gás associada à recessão no Brasil. O lucro líquido foi ligeiramente inferior em relação ao primeiro trimestre de 2016, com o aumento do resultado financeiro compensando o impacto da queda nas receitas. Embora a tendência de curto prazo seja de estabilidade nos resultados, acreditamos que a recente evolução nas condições macroeconômicas sustentem nossa confiança no potencial de crescimento no médio e longo prazos para o setor de óleo e gás no Brasil.

Os preços do petróleo mantiveram-se estáveis, registrando uma média de US\$ 52/barril no primeiro trimestre de 2017, valor bem superior na comparação com o mesmo período do ano passado. Nesse cenário mais favorável, o governo brasileiro está propondo alterações nas regras de conteúdo local para os próximos leilões de óleo e gás que beneficiarão o setor como um todo. Essas e outras iniciativas vêm atraindo um maior interesse e investimentos de grandes empresas globais de petróleo. Considerando a diversificação do portfólio de ativos da QGEP e sua sólida posição financeira, avaliamos essa tendência como um fator positivo e de potencial crescimento para a Companhia, pela possibilidade de formação de parcerias.

A produção diária de gás do Campo de Manati reduziu para 4,2MMm<sup>3</sup> nesse primeiro trimestre, refletindo a desaceleração econômica na região nordeste do país, que impactou nossos níveis de produção nos últimos trimestres. Nos níveis atuais, geramos no primeiro trimestre R\$36,5 milhões de fluxo de caixa operacional proveniente desse ativo, e nossa expectativa para todo o ano de 2017 é de uma remuneração equivalente à produção média diária de gás de 4,9MMm<sup>3</sup> em Manati. Adicionalmente, anunciamos hoje que recebemos a certificação de reservas de 2016 para o Campo de Manati, com base em análise realizada pela firma independente Gaffney Cline & Associates. O relatório certificou reservas 2P de 9,4 bilhões de m<sup>3</sup> de gás para 100% do Campo, o que corrobora nossas estimativas internas e nos fornece importante visibilidade para a capacidade de produção desse relevante ativo.

Em relação aos demais ativos:

- ▶ Continuamos aguardando a chegada do FPSO Petrojarl I no Campo de Atlanta no quarto trimestre deste ano, com o primeiro óleo programado para o início de 2018. As negociações prosseguem com a Teekay Offshore, empresa responsável pelos trabalhos de adaptação da embarcação, em andamento em Rotterdam.
- ▶ Nesse processo de farm-out está em andamento e deverá ser concluída no terceiro trimestre deste ano. Prosseguindo com nossa estratégia de diversificação de portfólio, estamos fornecendo aos possíveis parceiros dados sobre nossos blocos exploratórios nas bacias de Foz do Amazonas e Pará-Maranhão na Margem Equatorial, nos quais detemos 100% de participação, assim como nos dois blocos adquiridos na 13ª Rodada de Licitações da ANP na bacia de Sergipe-Alagoas, onde atualmente existem seis descobertas em blocos adjacentes sendo avaliadas.
- ▶ Recentemente, a ANP definiu o mês de outubro de 2017 para a realização da próxima rodada de licitações, que incluirá a área ao norte do Bloco BM-S-8, onde está situada a descoberta de Carcará. Essa definição do cronograma de licitações pela ANP é muito importante, já que é um elemento crítico para a eventual unitização e definição do cronograma de desenvolvimento e extensão da acumulação. Paralelamente, o consórcio planeja iniciar a perfuração de Guanxuma, prospecto de pré-sal localizado próximo a Carcará, até o final deste ano.

A ANP também definiu as datas para duas rodadas adicionais de licitação em 2017, sendo a primeira em setembro, para os blocos sob o regime de concessão, e a segunda no último trimestre deste ano, para áreas do pré-sal. A Agência também definiu novas licitações para 2018 e 2019. Esse nível acelerado de atividade deverá estimular investimentos de várias companhias globais de petróleo. A base atual de ativos da QGEP expõe a Companhia às principais bacias exploratórias no Brasil, mas somos ao mesmo tempo flexíveis, como também estamos prontos para aproveitar oportunidades de agregar valor ao nosso portfólio. Além disso, a intenção da ANP de estender o prazo para o período exploratório por dois anos para todos os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações traria um efeito bastante benéfico para a QGEP e para o setor como um todo.

Concluindo, acreditamos que as perspectivas para o setor de óleo e gás no Brasil continuam em um processo de abertura contínua e aumento da competitividade. Durante esse período, nosso foco segue direcionado em criar valor, otimizando nossos ativos de desenvolvimento e produção e mantendo nossa sólida posição financeira.

## Ativos da QGEP

Bacia	Bloco/ Concessão	Campo/ Prospecto	Participação QGEP	Categoria Recursos	Fluido
Camamu	BCAM-40	Manati	45%	Reserva	
		Camarão Norte		Contingente	
	CAL-M-372	CAM#01	20%	Prospectivo	
Santos	BM-S-8	Carcará	10%	Prospectivo/ Contingente	
		Guanxuma		Prospectivo	
	BS-4	Atlanta	30%	Reserva	
		Oliva		Contingente	
		Piapara		Prospectivo	
Espírito Santo	ES-M-598		20%	Prospectivo	
	ES-M-673		20%	Prospectivo	
Foz do Amazonas	FZA-M-90		100%	Prospectivo	
Pará-Maranhão	PAMA-M-265		100%	Prospectivo	
	PAMA-M-337		100%	Prospectivo	
Ceará	CE-M-661		25%	Prospectivo	
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894		30%	Prospectivo	
	PEPB-M-896		30%	Prospectivo	
Sergipe-Alagoas	SEAL-M-351		100%	Prospectivo	
	SEAL-M-428		100%	Prospectivo	



Óleo



Gás

## Produção e Desenvolvimento

### MANATI

Bloco BCAM-40; Participação: 45% 

A produção média diária do Campo de Manati foi de 4,2 milhões de m<sup>3</sup> no 1T17, comparada a 4,3 milhões de m<sup>3</sup> por dia registrados no 4T16 e a 6,0 milhões de m<sup>3</sup> no 1T16. Os níveis de produção no primeiro trimestre de 2017 vieram em linha com o segundo semestre de 2016, reflexo da redução da demanda por gás natural no Brasil, em função do declínio na atividade econômica. No primeiro trimestre de 2017, o Campo de Manati continuou sendo um dos principais produtores da região nordeste do Brasil.

A manutenção e pintura da plataforma de Manati geraram despesas de R\$30 milhões em 2016. No 1T17, houve um dispêndio adicional de R\$8 milhões relacionado à conclusão do projeto, que já estava estimado para o primeiro semestre deste ano. As despesas totais para 2017 estão agora estimadas em R\$12 milhões, considerando a antecipação da atividade de inspeção dos *risers* aproveitando a presença da balsa de forma a otimizar custos futuros.

A Companhia reafirma o *guidance* de produção média diária para 2017, de 4,9 milhões de m<sup>3</sup>, a mesma produção diária realizada em 2016. Ressaltamos que a capacidade diária de produção em Manati permanece em 6,0 milhões de m<sup>3</sup>, o que permite ao Campo responder rapidamente a qualquer aumento de demanda.

A certificação de reservas mais recente da Gaffney, Cline & Associates (GCA) para Manati indica que em 31 de dezembro de 2016, as reservas 2P para 100% do Campo totalizavam 9,4 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural e 0,9 milhões de barris de condensado, que correspondem a cerca de 59,8 milhões de barris de óleo equivalente (boe).

### ATLANTA

Bloco BS-4; Participação: 30%; Operadora 

Os desafios enfrentados na adaptação do FPSO Petrojarl I para o Campo de Atlanta pela empresa contratada – a norueguesa Teekay Offshore Partners L.P - causaram atrasos significativos no início da produção. A QGEP está otimista de que as negociações serão concluídas nos próximos meses, já que todas as partes envolvidas têm legítimo interesse em solucionar as questões pendentes. A entrega permanece estimada para o quarto trimestre deste ano. O FPSO terá capacidade de produção de 30 kbpd e capacidade de armazenamento de 180 mil barris.

O Consórcio estima o primeiro óleo para o início de 2018. A capacidade de produção inicial será de 20 kbbl/dia a partir de dois poços de produção, ambos já perfurados e completados. O Consórcio poderá optar por perfurar um poço adicional, o que aumentará a capacidade para 30 kbbl/dia. Essa decisão se baseará em diversos fatores, inclusive os preços vigentes do petróleo.

## Exploração

### BM-S-8

Participação: 10% 

Segundo o Plano de Avaliação original em andamento, as próximas fases incluirão a perfuração de Guanxuma, prospecto do pré-sal, situado 30 km a sudoeste de Carcará, prevista para ter início no quarto trimestre de 2017, e também testes no poço Carcará Noroeste, programados para o início de 2018.

Em 2016, a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda adquiriu a participação de 66% até então detida pela Petrobras, tornando-se operadora do Bloco. A acumulação de Carcará abrange tanto o Bloco BM-S-8 como a área ao norte, que fará fazer parte da próxima rodada de licitações da ANP programada para o segundo semestre deste ano.

### CAL-M-372

Participação: 20% 

As atividades no Bloco CAL-M-372 continuam aguardando a licença ambiental do IBAMA, atualmente prevista para ser obtida em 2018. Assim que a licença for emitida, o Consórcio perfurará um poço pioneiro no prospecto CAM#01. O Consórcio solicitou à ANP a postergação dos prazos da Concessão por conta das condições atuais de mercado e das incertezas em relação ao processo de licenciamento ambiental.

## BLOCOS ADQUIRIDOS NA 11ª RODADA DE LICITAÇÕES DA ANP

Participação: Diversas

A aquisição dos dados sísmicos para os nossos blocos nas Bacias de Foz do Amazonas, Ceará e Espírito Santo foi concluída no segundo trimestre de 2016, e os Consórcios estão interpretando os dados visando melhor avaliar o potencial desses blocos. Estamos também aguardando o processamento dos dados sísmicos da Bacia de Pará-Maranhão, que deverá ocorrer até meados de 2017.

No final de 2016, a QGEP aumentou sua participação para 100% nos blocos da Bacia de Pará-Maranhão e no Bloco FZA-M-90, por meio de duas transações. Como parte dos acordos, os vendedores pagaram antecipadamente à QGEP parte dos valores das obrigações mínimas referentes aos investimentos exploratórios comprometidos com a ANP.

### SEAL-M-351 E SEAL-M-428

Participação: 100%; Operadora 

Localizados em águas ultra-profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas, entre 80 a 100 quilômetros da costa, ambos os blocos abrangem uma área total de 1.512 km<sup>2</sup>.

No final de 2016, a Companhia recebeu os Termos de Referência do IBAMA referentes à licença ambiental para prosseguir com a aquisição de dados sísmicos. O custo aproximado para esta aquisição é de US\$16 milhões, que serão despendidos nos próximos dois anos, iniciando no final de 2017. A conclusão está prevista para o início de 2018. Este é o único compromisso assumido junto à ANP para esta fase exploratória.

A QGEP está em processo de farm-out nesses blocos, juntamente com os blocos das bacias do Pará Maranhão e Foz do Amazonas.

## Desempenho Financeiro

### Demonstração dos Resultados e Destaques Financeiros (R\$ milhões)

	1T17	1T16	Δ%	4T16	Δ%
<b>Receita líquida</b>	<b>106,4</b>	<b>143,8</b>	<b>-26,0%</b>	<b>103,9</b>	<b>2,4%</b>
Custos	(55,7)	(60,5)	-7,8%	(55,2)	1,0%
<b>Lucro bruto</b>	<b>50,6</b>	<b>83,3</b>	<b>-39,2%</b>	<b>48,7</b>	<b>4,0%</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(12,0)	(10,6)	12,9%	(15,2)	-21,1%
Equivalência patrimonial	0,0	0,4	-93,1%	0,3	-89,3%
Gastos exploratórios de óleo e gás	(6,1)	(8,9)	-31,7%	(11,2)	-45,9%
Outras despesas operacionais líquidas	(0,0)	(0,0)	na	(0,2)	-96,4%
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>	<b>32,6</b>	<b>64,3</b>	<b>-49,2%</b>	<b>22,4</b>	<b>45,7%</b>
Resultado financeiro líquido	19,7	(12,6)	-256,0%	33,5	-41,2%
<b>Lucro antes dos impostos e contribuição social</b>	<b>52,3</b>	<b>51,6</b>	<b>1,4%</b>	<b>55,9</b>	<b>-6,4%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(9,5)	(5,2)	85,4%	(4,7)	103,3%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>42,8</b>	<b>46,5</b>	<b>-7,9%</b>	<b>51,2</b>	<b>-16,4%</b>
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>36,5</b>	<b>14,7</b>	<b>149,1%</b>	<b>216,7</b>	<b>-83,1%</b>
<b>EBITDAX<sup>(1)</sup></b>	<b>46,4</b>	<b>85,1</b>	<b>-45,5%</b>	<b>37,5</b>	<b>23,5%</b>

Alguns percentuais e outros números incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação, podendo, assim, apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas constantes nas informações trimestrais. Ademais, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

<sup>(1)</sup> O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais. O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

No primeiro trimestre de 2017, os resultados financeiros consolidados, embora saudáveis, continuam sendo impactados pela menor produção de gás, refletindo a recessão no Brasil com redução na demanda. O EBITDAX caiu 45,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, mas apresentou aumento de 23,5%, quando comparado ao 4T16. A Companhia encerrou o trimestre com saldo positivo de caixa e equivalentes de caixa de R\$1,4 bilhão, suficientes para cobrir os investimentos por, pelo menos, os próximos dois anos. Mesmo com menor produção, o Campo de Manati fornece à Companhia geração de caixa significativa para custear suas despesas operacionais e seguir financiando seus projetos de exploração.

**Destaque Financeiros do 1T17:**

- ▶ A receita líquida foi de R\$106,4 milhões, redução de 26,0% quando comparada aos R\$143,8 milhões no 1T16. Esse declínio foi decorrente da queda na produção de gás em Manati, que alcançou média diária de 4,2MMm<sup>3</sup> no 1T17, ante 6,0MMm<sup>3</sup> por dia no 1T16, que havia sido o mais alto nível em dois anos. A queda da produção foi parcialmente compensada pelo reajuste anual dos preços do gás de Manati ocorrido no início do ano.
- ▶ Os gastos exploratórios foram de R\$6,1 milhões, ante R\$8,9 milhões no 1T16 devido a menores gastos com aquisição e processamento de dados sísmicos no período.
- ▶ Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$12,0 milhões, um aumento de 12,9% comparado aos R\$10,6 milhões registrados no 1T16. Esse aumento reflete uma redução na alocação de despesas aos parceiros nos blocos em que a QGEP é a operadora.
- ▶ Os custos de manutenção totalizaram R\$10,9 milhões, aumento de R\$7,7 milhões quando comparado aos valores do 1T16. Neste custo de manutenção estão incluídos R\$8,4 milhões em função da pintura e manutenção da plataforma de Manati, bem como a antecipação da atividade de inspeção de *risers* aproveitando a presença da balsa de forma a otimizar custos futuros.
- ▶ Os custos operacionais totais somaram R\$55,7 milhões no trimestre, uma queda de 7,8% em comparação aos R\$60,5 milhões registrados no 1T16, principalmente devido à menor depreciação/amortização, royalties e custos de produção, diretamente relacionados à menor produção, parcialmente compensados pelas maiores despesas com manutenção.
- ▶ O resultado financeiro líquido foi de R\$19,7 milhões, comparada a um resultado financeiro líquido negativo de R\$12,6 milhões no 1T16, devido à maior receita derivada de instrumentos de renda fixa, parcialmente compensada por um menor rendimento do fundo cambial.
- ▶ O lucro líquido no 1T17 atingiu R\$42,8 milhões, 7,9% menor que os R\$46,5 milhões registrados no 1T16, devido principalmente ao impacto da queda no faturamento, parcialmente compensado por uma melhora no resultado financeiro do período.
- ▶ O fluxo de caixa operacional totalizou R\$36,5 milhões, ante R\$14,7 milhões no 1T16.

**Custos operacionais (R\$ milhões)**

	1T17	1T16	Δ%	4T16	Δ%
Depreciação e amortização	13,0	20,3	-35,8%	14,8	-12,2%
Custos de produção	20,5	20,6	0,6%	19,9	2,5%
Custos de manutenção	10,9	3,2	240,8%	8,8	23,9%
<i>Royalties</i>	8,1	11,0	-26,0%	8,0	1,3%
Participação especial	0,5	2,0	-76,2%	0,4	13,6%
P&D	1,2	1,5	-20,9%	1,1	2,4%
Outros	1,6	2,0	-18,1%	2,0	-20,8%
<b>TOTAL</b>	<b>55,7</b>	<b>60,5</b>	<b>-7,8%</b>	<b>55,2</b>	<b>1,0%</b>

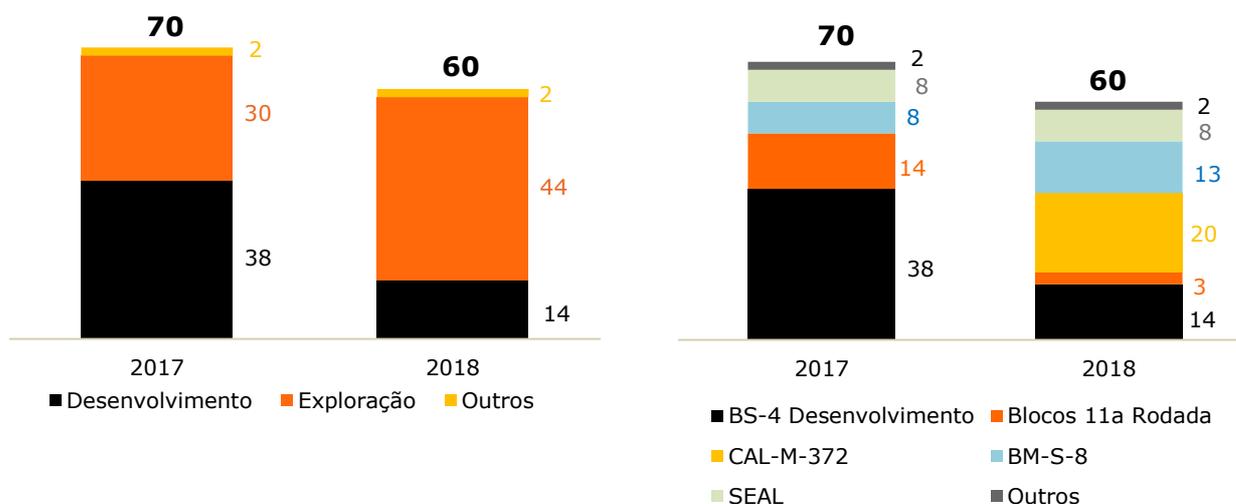
## Capex e Outros Gastos Exploratórios

Uma combinação de rígidos controles sobre as despesas e uma abordagem disciplinada em relação aos investimentos possibilita à QGEP financiar suas necessidades de investimentos a partir dos fundos gerados internamente. Além disso, a QGEP mantém uma posição de caixa confortável que suporta suas necessidades de investimento por pelo menos os próximos dois anos. As decisões relativas aos investimentos são tomadas pelos Consórcios nos diferentes ativos do portfólio da QGEP, e, em seguida, a QGEP contabiliza a parcela correspondente à sua participação no respectivo ativo.

O CAPEX realizado no primeiro trimestre de 2017 foi de US\$7,2 milhões, dos quais mais de US\$5 milhões foram investidos no Campo de Atlanta.

A Companhia estima investir o montante de US\$70 milhões em 2017. Esse valor inclui US\$38 milhões para o Campo de Atlanta e US\$30 milhões em atividades de exploração, sendo US\$8 milhões destinados às atividades no Bloco BM-S-8 e US\$14 milhões relativos à aquisição de dados sísmicos para os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP.

### CAPEX líquido para a QGEP (US\$ milhões)



## Posição de Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) e Endividamento

Em 31 de março de 2017, a QGEP possuía saldo e equivalentes de caixa de R\$1,4 bilhão superior ao R\$1,3 bilhão registrado em 31 de março de 2016, porém em linha com o quarto trimestre de 2016. Em 31 de março de 2017, a QGEP detinha aproximadamente 21% do seu caixa investido vinculado a moeda estrangeira, com o objetivo de proteger sua capacidade de investimento no longo prazo. O saldo remanescente é investido em instrumentos denominados em reais. Em 31 de março de 2017, o retorno médio anual desses investimentos foi de 102,0% do CDI e 71% dos fundos tinha liquidez diária.

A dívida da QGEP é composta por financiamentos obtidos junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. O endividamento total em 31 de março de 2017 era de R\$353,1 milhões, comparados aos R\$361,5 milhões registrados no primeiro trimestre de 2016, refletindo o início dos pagamentos à FINEP em setembro de 2016.

Os recursos tomados com a FINEP fazem parte de um pacote de financiamento que visa dar suporte ao desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta, e consiste de duas linhas de crédito, à taxa fixa de 3,5% ao ano, e outra à taxa flutuante ligada à TJLP. Ambas têm período de carência de três anos e prazo de amortização de sete anos. A QGEP conta com uma linha de crédito total com a FINEP de R\$266,0 milhões. O financiamento do BNB está direcionado à operação dos ativos da Companhia na região Nordeste. O empréstimo, que tem custo de 4,71% ao ano com um bônus de adimplência de 15%, tem carência de cinco anos.

A posição de caixa líquido da Companhia em 31 de março de 2017 era de R\$1,0 bilhão.

## Créditos com Parceiros

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P faturadas ("cash calls") ou a serem faturadas aos parceiros não operadores nos respectivos Consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores da Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Dos R\$43,5 milhões registrados em 31 de março de 2017, R\$33,0 milhões referem-se à parcela da OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial ("OGX") e o restante de outros consorciados. Deste montante, R\$24,9 milhões encontram-se vencidos ao final do 1T17 e foram suportados pela QGEP. Em março de 2017, foi emitido um "cash call" para o parceiro OGX no valor de R\$3,3 milhões, cujo montante foi suportado por QGEP e Barra na proporção do consórcio em abril de 2017. Até a data da aprovação destas informações financeiras trimestrais, não foi identificado o recebimento deste valor.

Os aportes feitos pela QGEP Netherlands suportando a OGX Netherlands B.V totalizam R\$17,5 milhões no final do primeiro trimestre de 2017, valor também vencido e suportado pela QGEP.

Considerando a atual situação da OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos do membro consorciado.



KPMG Auditores Independentes  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar  
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Ao  
Conselho de Administração, Acionistas e Conselheiros da  
QGEP Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

5. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>265.806.905</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	7.954.632
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>7.954.632</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	2.819.108	2.779.802
1.01	Ativo Circulante	4.768	2.767
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105	90
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.432	2.585
1.01.06	Tributos a Recuperar	120	92
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	120	92
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.111	0
1.01.08.03	Outros	3.111	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.814.340	2.777.035
1.02.02	Investimentos	2.814.340	2.777.035
1.02.02.01	Participações Societárias	2.814.340	2.777.035
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.814.340	2.777.035

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	2.819.108	2.779.802
2.01	Passivo Circulante	339	155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53	52
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53	52
2.01.02	Fornecedores	230	41
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	230	41
2.01.03	Obrigações Fiscais	56	62
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56	62
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56	62
2.03	Patrimônio Líquido	2.818.769	2.779.647
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-38.219	-39.133
2.03.02.04	Opções Outorgadas	42.788	41.874
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	725.010	725.010
2.03.04.01	Reserva Legal	43.810	43.810
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.676	38.676
2.03.04.10	Reserva para investimento	642.524	642.524
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	42.788	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	11.074	15.654

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	42.727	46.392
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.247	-1.055
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	43.974	47.447
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.727	46.392
3.06	Resultado Financeiro	61	89
3.06.01	Receitas Financeiras	63	89
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.788	46.481
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.788	46.481
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.788	46.481
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16000	0,17000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,16000	0,17000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	42.788	46.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.580	-14.593
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.208	31.888

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.138	-1.007
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.186	-966
6.01.01.01	Lucro líquido do período	42.788	46.481
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-43.974	-47.447
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	155	70
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-28	64
6.01.02.03	Fornecedores	189	5
6.01.02.04	Impostos a recolher	-6	1
6.01.03	Outros	-107	-111
6.01.03.01	Outros ativos	-108	-106
6.01.03.02	Outros passivos	1	-5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.153	991
6.02.02	Aplicações financeiras	1.153	990
6.02.04	Dividendos recebidos	0	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15	-16
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	90	100
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105	84

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.788	-4.580	38.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.788	0	42.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.580	-4.580
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.580	-4.580
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	914	0	0	0	914
5.06.01	Constituição de Reservas	0	914	0	0	0	914
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-38.219	725.010	42.788	11.074	2.818.769

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.481	-14.593	31.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.481	0	46.481
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.593	-14.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.095	0	0	0	1.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.095	0	0	0	1.095
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.013	610.788	46.481	28.776	2.722.148

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-317	-158
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-317	-158
7.03	Valor Adicionado Bruto	-317	-158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-317	-158
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.042	47.536
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	43.974	47.447
7.06.02	Receitas Financeiras	68	89
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.725	47.378
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.725	47.378
7.08.01	Pessoal	777	750
7.08.01.01	Remuneração Direta	757	734
7.08.01.02	Benefícios	20	16
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	153	147
7.08.02.01	Federais	153	147
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7	0
7.08.03.01	Juros	-1	0
7.08.03.03	Outras	8	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.788	46.481
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.788	46.481

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	3.558.722	3.563.420
1.01	Ativo Circulante	1.450.075	1.433.910
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.414	17.738
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.238.393	1.192.297
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.204.859	1.159.778
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.204.859	1.159.778
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	33.534	32.519
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	33.534	32.519
1.01.03	Contas a Receber	101.538	102.292
1.01.03.01	Clientes	101.538	102.292
1.01.04	Estoques	1.500	1.542
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.498	36.046
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.498	36.046
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	22.498	32.567
1.01.06.01.02	IR e CSLL a recuperar	0	3.479
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.732	83.995
1.01.08.03	Outros	69.732	83.995
1.01.08.03.02	Outros	7.977	4.476
1.01.08.03.03	Créditos com parceiros	43.549	64.021
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	18.206	15.498
1.02	Ativo Não Circulante	2.108.647	2.129.510
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	324.172	335.883
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	146.697	160.084
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	146.697	160.084
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	126.711	125.245
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	126.711	125.245
1.02.01.06	Tributos Diferidos	44.146	44.414
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.146	44.414
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.618	6.140
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	4.255	4.540
1.02.01.09.05	Outros	2.363	1.600
1.02.02	Investimentos	139.035	138.363
1.02.02.01	Participações Societárias	139.035	138.363
1.02.03	Imobilizado	918.703	928.211
1.02.04	Intangível	726.737	727.053
1.02.04.01	Intangíveis	0	727.053
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	724.871
1.02.04.01.02	Outros	0	2.182

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	3.558.722	3.563.420
2.01	Passivo Circulante	224.602	254.532
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.646	9.955
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.641	2.345
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.005	7.610
2.01.02	Fornecedores	41.923	69.933
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.923	69.933
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.124	21.701
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.013	11.915
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.543	1.424
2.01.03.01.02	PIS / COFINS	9.329	10.291
2.01.03.01.03	Outros	141	200
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.157	4.008
2.01.03.02.01	ICMS	4.157	4.008
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.954	5.778
2.01.03.03.01	Royalties	2.803	2.673
2.01.03.03.02	Participação especial	597	811
2.01.03.03.03	Outros	554	2.294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.738	36.557
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.738	36.557
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.738	36.557
2.01.05	Outras Obrigações	100.441	104.531
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.515	3.937
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.515	3.937
2.01.05.02	Outros	94.926	100.594
2.01.05.02.04	Outros	80.792	88.973
2.01.05.02.05	Seguros a pagar	14.134	11.621
2.01.06	Provisões	12.730	11.855
2.01.06.02	Outras Provisões	12.730	11.855
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	12.730	11.855
2.02	Passivo Não Circulante	515.351	529.241
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	314.604	323.184
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	314.604	323.184
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	314.604	323.184
2.02.04	Provisões	200.747	206.057
2.02.04.02	Outras Provisões	200.747	206.057
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	200.747	206.057
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.818.769	2.779.647
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-38.219	-39.133
2.03.02.04	Opções Outorgadas	42.788	41.874
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	725.010	725.010
2.03.04.01	Reserva Legal	43.810	43.810
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.676	38.676
2.03.04.10	Reserva para investimento	642.524	642.524

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	42.788	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	11.074	15.654

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	106.365	143.759
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.733	-60.453
3.03	Resultado Bruto	50.632	83.306
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.987	-19.051
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.952	-10.585
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.062	-8.859
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-6.055	-8.859
3.04.05.02	Outras operacionais líquida	-7	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	27	393
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.645	64.255
3.06	Resultado Financeiro	19.692	-12.623
3.06.01	Receitas Financeiras	20.988	-9.392
3.06.01.01	Rendimento de Aplicações Financeiras	20.988	-9.392
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.296	-3.231
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.296	-3.231
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	52.337	51.632
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.549	-5.151
3.08.01	Corrente	-9.281	-4.631
3.08.02	Diferido	-268	-520
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.788	46.481
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	42.788	46.481
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.788	46.481
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	42.788	46.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.580	-14.593
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	38.208	31.888
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	38.208	31.888

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.521	14.662
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.869	113.186
6.01.01.01	Lucro líquido do período	42.788	46.481
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-27	-393
6.01.01.03	Amortização e depreciação	13.707	21.286
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	268	520
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	1.546	4.430
6.01.01.06	Baixa de imobilizado/intangível	189	35.561
6.01.01.07	Despesa com plano de opção de ação	914	1.095
6.01.01.08	Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.281	4.631
6.01.01.09	Provisão (reversão) para pesquisa e desenvolvimento	875	-425
6.01.01.10	Variação cambial sobre investimento	-672	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.629	-33.499
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	754	-11.034
6.01.02.02	Impostos a recuperar	13.833	10.324
6.01.02.03	Fornecedores	-39.085	-27.723
6.01.02.04	Impostos a recolher	-4.858	-1.479
6.01.02.05	Juros pagos	-3.851	-3.903
6.01.02.07	Partes relacionadas	1.578	316
6.01.03	Outros	-719	-65.025
6.01.03.01	Outros ativos	13.567	-27.870
6.01.03.02	Outros passivos	-14.286	-37.155
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.252	-41.251
6.02.01	Caixa restrito	-2.481	-13.787
6.02.02	Aplicações financeiras	-31.694	-15.243
6.02.04	Dividendos recebidos	0	-1.933
6.02.05	Pagamentos de imobilizado	9.923	-10.195
6.02.06	Pagamentos de intangível	0	-93
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.013	0
6.03.04	Amortização de empréstimo	-9.013	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-4.580	-14.593
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.324	-41.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.738	180.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.414	139.490

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647	0	2.779.647
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647	0	2.779.647
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.788	-4.580	38.208	0	38.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	42.788	0	42.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.580	-4.580	0	-4.580
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.580	-4.580	0	-4.580
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	914	0	0	0	914	0	914
5.06.01	Constituição de Reservas	0	914	0	0	0	914	0	914
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-38.219	725.010	42.788	11.074	2.818.769	0	2.818.769

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165	0	2.689.165
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165	0	2.689.165
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.481	-14.593	31.888	0	31.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.481	0	46.481	0	46.481
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.593	-14.593	0	-14.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.095	0	0	0	1.095	0	1.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.095	0	0	0	1.095	0	1.095
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.013	610.788	46.481	28.776	2.722.148	0	2.722.148

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	128.047	187.590
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	131.387	178.419
7.01.02	Outras Receitas	1.600	1.953
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-4.940	7.218
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.226	-40.206
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-39.666	-35.463
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	9.019	-775
7.02.04	Outros	-2.579	-3.968
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.821	147.384
7.04	Retenções	-13.816	-21.266
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.816	-21.266
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.005	126.118
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.599	-8.463
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	27	393
7.06.02	Receitas Financeiras	23.452	-9.392
7.06.03	Outros	120	536
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.604	117.655
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.604	117.655
7.08.01	Pessoal	12.262	12.496
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.169	10.274
7.08.01.02	Benefícios	1.400	1.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	646	703
7.08.01.04	Outros	47	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.096	54.042
7.08.02.01	Federais	23.973	24.450
7.08.02.02	Estaduais	12.353	16.454
7.08.02.03	Municipais	8.770	13.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.458	4.636
7.08.03.01	Juros	1.537	1.344
7.08.03.02	Aluguéis	577	868
7.08.03.03	Outras	2.344	2.424
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.788	46.481
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.788	46.481

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

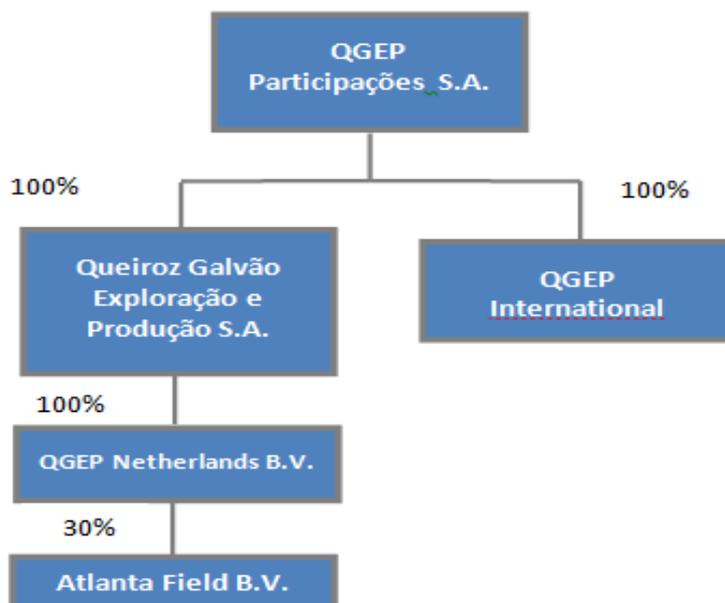
---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301 (parte), Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”) com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”) com sede na cidade de Roterdã, Holanda, é controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., a qual detém 30% de participação societária. A AFBV tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A AFBV possui ainda a OGX Netherlands Holding B.V. e a FR Barra 1S.àr.l., como acionistas com 40% e 30%, respectivamente, de participação. A AFBV foi criada visando a parceria dos mencionados acionistas com a QGEP na concessão do Bloco BS-4.

A QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEPP, tem como objeto social aquisição e participação em empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (IAS 34 - *Interim Financial Reporting*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) de acordo com o CPC 21 (R1).

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras trimestrais da QGEPP estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

### 2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas, bem como das informações contábeis referentes aos fundos exclusivos descritos na nota explicativa 4. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras trimestrais das controladas diretas e indiretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 31 de março de 2017, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	País de operação	Controle	Porcentagem de participação	
			31/03/2017	31/12/2016
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International	Áustria	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto (“joint venture”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual por meio do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Porcentagem de participação	
				31/03/2017	31/12/2016
			Negócios em conjunto ( <i>Joint venture</i> )		
AFBV	Holanda	Indireto		30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com o cliente Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas desenvolvidas quando entrarem na fase de produção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período (resultado financeiro líquido).

## 2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

#### 2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

#### 2.11. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (nota explicativa 7). A previsão de sua utilização conforme plano futuro de exploração e desenvolvimento corroboram a classificação como ativo circulante e não circulante.

#### 2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das informações financeiras trimestrais consolidadas.

#### 2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 15).

#### 2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras trimestrais, na rubrica “outros ativos circulantes, subgrupo obrigações legais”, no ativo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

#### 2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos seus riscos inerentes a terceiros.

#### 2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

#### 2.17. Incentivos fiscais

##### 2.17.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do período de 31 de dezembro de 2008. Destaca-se que, o referido benefício foi prorrogado devido à modernização e expansão do campo de Manati, e sua finalização ocorrerá em 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

##### 2.17.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do período, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

#### 2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 24 (iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”). No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

#### 2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

#### 2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

## 2.21. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

### 2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

### 2.21.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

### 2.21.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. O Grupo possui caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) e contas a receber classificados nesta categoria.

#### 2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

#### 2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

##### 2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

### 2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - Real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte-americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo e arrendamento de equipamentos).

#### 2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

#### 2.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

#### 2.27. Novas normas, alterações e interpretações

O Grupo não adotou antecipadamente os seguintes novos pronunciamentos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### 3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

##### 3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$160.245 e R\$157.764, respectivamente (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 9.

#### 3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

##### 3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

### 3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

### 3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

### 3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidas ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do período com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia, e as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

## a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>105</u>	<u>90</u>
Total	<u>105</u>	<u>90</u>
	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>16.414</u>	<u>17.738</u>
Total	<u>16.414</u>	<u>17.738</u>

Em 31 de dezembro de 2016 o caixa e equivalentes de caixa encontravam-se concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e debêntures compromissadas, com liquidez imediata, estando sua rentabilidade atrelada à remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate, ocorrido durante o ano de 2016. Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía somente caixa e depósitos bancários a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

## b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações Compromissadas (i)	<u>1.432</u>	<u>2.585</u>
Total	<u>1.432</u>	<u>2.585</u>
Circulante	<u>1.432</u>	<u>2.585</u>
	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações Compromissadas e CDBs (i)	210.005	222.699
Fundo cambial exclusivo (ii)	277.336	346.355
Fundo de investimento exclusivo multimercado (iii):	<u>864.215</u>	<u>750.808</u>
Operações Compromissadas (debêntures)	42.882	41.595
CDB (pós-fixado CDI)	4.973	-
Títulos públicos (LFT/NTN)	485.387	432.472
Letras Financeiras (iv)	<u>330.973</u>	<u>276.741</u>
Total	<u>1.351.556</u>	<u>1.319.862</u>
Circulante	<u>1.204.859</u>	<u>1.159.778</u>
Não circulante (i)	<u>146.697</u>	<u>160.084</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

- i. No consolidado, o valor classificado como ativo não circulante e refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDBs, colateral de fiança com vencimentos em 2019 e 2021 (nota explicativa 14).
  - ii. Companhia possui fundo cambial exclusivo com o objetivo de atender à política de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira.
  - iii. A controlada QGEP possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.
  - iv. Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, CEF, Citibank, HSBC, Itaú e Santander.
- c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente à média de 101,96% da variação da taxa CDI acumulada do período findo em 31 de março de 2017 (101,93% em 31 de dezembro de 2016).

No período findo em 31 de março de 2017, a variação do fundo cambial foi de -3,20% (PTAX -2,78% como benchmark do fundo) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de -16,21% (PTAX -16,54% como benchmark do fundo).

## 5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a controlada QGEP e a Petrobras. O contrato original para a venda de gás previa a compra do volume de 23 bilhões de m<sup>3</sup> de gás, com cláusula de *take or pay*. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias após a emissão da nota fiscal.

Conforme contrato, a Petrobras se compromete em adquirir uma quantidade mínima de gás mensal e anual. Em 31 de dezembro de 2016 verificamos que a Petrobras não adquiriu todo o volume contratado no *take or pay* anual. Dessa forma, a QGEP tem o valor de R\$19.854 a receber. Este valor encontra-se em negociação com a Petrobras.

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

#### 6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados (“cash calls”) ou a serem cobrados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$43.549 e R\$64.021 registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, R\$33.011 e R\$45.609, respectivamente, referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”), e o restante de outros consorciados (R\$10.538 e R\$18.412, respectivamente).

Do montante de R\$33.011 referente à OGX, R\$24.858, que foram suportados pela QGEP, encontram-se vencidos em 31 de março de 2017.

Em 14 de março de 2017, foi emitido um “cash call” para o parceiro OGX no valor de R\$3.341, com vencimento em 29 de março de 2017. O montante foi suportado por QGEP e Barra na proporção do consórcio em abril de 2017. Até a data da aprovação destas informações financeiras trimestrais, não foi identificado o recebimento deste valor.

#### 7. ESTOQUES

Em 31 de março de 2017 o saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução de serviços no Bloco BM-S-8 e Campo de Manati .

	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Materiais e insumos	<u>1.500</u>	<u>1.542</u>
Total	<u>1.500</u>	<u>1.542</u>
Circulante	<u>1.500</u>	<u>1.542</u>

#### 8. PARTES RELACIONADAS

##### (i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Ativo - circulante</u>		
AFBV (a)	615	693
Contas a receber - QGEP B.V. (d)	<u>17.591</u>	<u>14.805</u>
Total	<u>18.206</u>	<u>15.498</u>

	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Passivo - circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	21	11
Contas a pagar - AFBV (c)	<u>5.494</u>	<u>3.926</u>
Total	<u>5.515</u>	<u>3.937</u>

	Consolidado	
	<u>01/01/2017</u> <u>a 31/03/2017</u>	<u>01/01/2016</u> <u>a 31/03/2016</u>
Receita de serviços (a)	1.600	1.952
Variação cambial sobre receita de serviços	189	(592)
Despesas gerais e administrativas (b)	<u>(32)</u>	<u>(25)</u>
Total	<u>1.757</u>	<u>1.335</u>

- (a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea* e ao contrato de cost sharing entre as empresas AFBV e QGEP BV. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata dia*, são cobráveis.
- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos *subsea* celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.
- (d) Valor a receber da OGX Netherlands B.V referente aos *fundings requests* para aporte na AFBV, vencidos em 04 de julho de 2016, 29 de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016, 14 de dezembro de 2016 e 05 de janeiro de 2017 e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pela FR Barra 1 S.à r.l.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 14.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 14.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1, conforme mencionado na nota explicativa 21 c.

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	
	<u>01/01/2017</u> <u>a 31/03/2017</u>	<u>01/01/2016</u> <u>a 31/03/2016</u>
Benefícios de curto prazo	943	917
	Consolidado	
	<u>01/01/2017</u> <u>a 31/03/2017</u>	<u>01/01/2016</u> <u>a 31/03/2016</u>
Benefícios de curto prazo	1.716	2.091
Plano de opção de ações	397	730

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 27.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	19.358	18.835
Fundo de abandono (b)	107.353	106.410
Antecipação Pacific (c)	<u>33.534</u>	<u>32.519</u>
Total caixa restrito	<u>160.245</u>	<u>157.764</u>
Circulante	33.534	32.519
Não circulante	126.711	125.245

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

(b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e geridas pelo Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 1,18% para o período findo em 31 de março de 2017 (4,30% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

(c) Valor antecipado pela Pacific Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. ("Pacific") referente à quitação da inadimplência de aquisição de sísmica para os blocos de PAMA, como parte das obrigações mínimas assumidas nos blocos. Este montante poderá ser utilizado após conclusão da cessão de direitos pela ANP.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicação financeira (a)	120	92	598	16.663
Saldo negativo IRPJ e CSLL (b)	-	-	21.746	14.112
Crédito PIS/COFINS (c)	-	-	4.195	6.069
ICMS sobre aquisições de ativo Imobilizado	-	-	160	194
Outros	-	-	<u>54</u>	<u>68</u>
Total antes da antecipação de IR e CSLL	<u>120</u>	<u>92</u>	<u>26.753</u>	<u>37.107</u>
Antecipação de IR e CSLL	-	-	-	<u>3.479</u>
Total	<u>120</u>	<u>92</u>	<u>26.753</u>	<u>40.586</u>
Circulante	<u>120</u>	<u>92</u>	<u>22.498</u>	<u>36.046</u>
Não circulante	=	=	<u>4.255</u>	<u>4.540</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
ICMS (d)	-	-	4.157	4.008
PIS/COFINS (d)	-	1	9.329	10.291
IRRF	56	59	1.656	1.424
IR e CSLL (e)	-	-	6.884	-
Royalties (f)	-	-	2.803	2.673
Participação especial (f)	-	-	597	811
Outros (g)	-	<u>2</u>	<u>698</u>	<u>2.494</u>
Total	<u>56</u>	<u>62</u>	<u>26.124</u>	<u>21.701</u>
Circulante	<u>56</u>	<u>62</u>	<u>26.124</u>	<u>21.701</u>

- (a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas".
- (b) Em Janeiro de 2017 foram constituídos os saldos negativos de IRPJ e CSLL sobre os pagos/compensações, bem como do IR retido na fonte (come cotas) compensados com os débitos de IRPJ e CSLL apurados em 31 de dezembro de 2016. Estes saldos passaram a ser corrigidos pelos Juros Selic a partir de janeiro de 2017.
- (c) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado;
- (d) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati. Quanto ao ICMS, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17.
- (e) Referem-se a provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social, ambos calculados pela sistemática da suspensão e redução.
- (f) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na nota explicativa 21.
- (g) Os débitos referem-se a ISS, tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros (ISS, INSS, PIS, COFINS e CSLL) e CIDE sobre importação de serviços e taxa de retenção de área.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Lucro antes do IR e CSLL	42.788	46.481
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(14.548)	(15.803)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	14.951	16.132
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(392)	(324)
Despesas indedutíveis/receita não tributável:		
Permanentes	-	-
Temporais	(11)	5
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-

(a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de março de 2017 a QGEPP possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 79.651 e R\$ 79.652, respectivamente, (R\$78.498 para Prejuízo Fiscal e R\$78.499 para Base Negativa em 31 de dezembro de 2015), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação sendo o resultado de equivalência já líquido da tributação na investida.

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Lucro antes do IR e CSLL	52.337	51.632
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(17.795)	(17.555)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	8.890	12.711
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Permanentes (b)	(289)	74
Temporais (d)	(11)	(5)
Prejuízos fiscais não ativados (c)	<u>(344)</u>	376
Imposto de renda e contribuição social	<u>(9.549)</u>	<u>(5.151)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	(9.281)	(4.631)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(268)	(520)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1.
- (b) A principal adição refere-se basicamente ao plano de opção de ações e benefícios de crédito presumido de ICMS.
- (c) A adição refere-se à parcela de despesas indedutíveis com fornecedores da empresa QGEP, cujo valor não foi constituído IRPJ e CSLL diferidos, por não haver histórico de lucratividade fiscal até o momento.
- (d) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa QGEP.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Composição ativo fiscal diferido</u>		
Amortização da provisão para abandono	54.386	52.033
Provisão fornecedores indedutíveis	1.124	2.490
Provisão royalties e participação especial	1.156	1.185
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	4.252	3.961
Provisões diversas	<u>1.849</u>	<u>1.690</u>
Total composição do ativo diferido	<u>62.767</u>	<u>61.359</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>61.359</u>
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Amortização da provisão para baixa de poços	2.353
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	291
Provisões diversas - Adições e reversões	<u>(1.236)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>62.767</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.944)
Exclusões temporais	<u>(1.678)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(18.621)</u>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de março de 2017, o estudo técnico de viabilidade o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2016 e aprovadas pela Diretoria. O estudo de viabilidade demonstra a recuperação.

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de março de 2017:

<u>Ativo diferido</u>	
2017	5.292
2018	1.604
2021 a 2023	<u>55.871</u>
Total	<u>62.767</u>
 <u>Passivo diferido</u>	
2017	373
2018	5.586
2019	6.517
2020	6.145
A partir de 2021	-
Total	<u>18.621</u>

## 11. INVESTIMENTOS

### 11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação no capital votante e total detidos</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as informações financeiras trimestrais para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/03/2017			
	<u>QGEP</u>	<u>QGEP International</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.814.253	86	160.126	463.450
Resultado do período	43.944	(20)	188	101
Ativo total	3.581.385	126	160.430	469.387
Passivo total	763.132	39	303	5.937
Receita líquida	106.365	-	-	4.838

	31/12/2016			
	<u>QGEP</u>	<u>QGEP International</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.776.925	110	164.516	476.624
Resultado do período	157.335	(184)	149	2.508
Ativo total	3.540.312	144	169.481	493.928
Passivo total	763.387	33	4.965	17.303
Receita líquida	476.454	-	-	13.398

(\*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A movimentação dos investimentos da QGEP apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	31/03/2017			Consolidado
	Controladora			
	QGEP	QGEP International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.776.925	110	2.777.035	138.363
Plano de opção de ações	914	-	914	-
Pagamento de dividendos (a)	(3.003)	-	(3.003)	-
Ajustes acumulados de conversão	(4.577)	(3)	(4.580)	694
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>43.994</u>	<u>(20)</u>	<u>43.974</u>	<u>(22)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>2.814.253</u>	<u>87</u>	<u>2.814.340</u>	<u>139.035</u>

- (a) No dia 10 de março de 2017, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$38.677. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 19 de abril de 2017 e os dividendos serão pagos em 11 de maio de 2017 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.
- (b) Resultado apurado pelas investidas no período findo em 31 de março de 2017.

	31/12/2016			Consolidado
	Controladora			
	QGEP	QGEP International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.685.960	168	2.686.128	125.118
Aumento de capital	-	180	180	36.496
Plano de opção de ações	3.975	-	3.975	-
Pagamento de dividendos	(42.678)	-	(42.678)	-
Ajustes acumulados de conversão	(27.667)	(54)	(27.721)	(23.760)
Resultado de equivalência patrimonial (a)	<u>157.335</u>	<u>(184)</u>	<u>157.151</u>	<u>509</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.776.925</u>	<u>110</u>	<u>2.777.035</u>	<u>138.363</u>

- (a) No dia 07 de março de 2016, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$42.678. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 12 de abril de 2016 e os dividendos foram pagos em 27 de abril de 2016 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.
- (b) Resultado apurado pelas investidas no ano findo em 31 de dezembro de 2016.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

## 12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		31/03/2017		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Líquido</u>
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.709	(1.045)	1.664
Veículos	20%	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(3.614)	493
Instalações	11%	1.556	(398)	1.158
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.034	(2.109)	925
Imóveis	3%	6.363	(492)	5.871
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		<u>17.943</u>	<u>(7.657)</u>	<u>10.287</u>
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>				
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	224.142	-	224.142
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(13.271)	3.573
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		417.275	-	417.275
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>1.030.495</u>	<u>(767.067)</u>	<u>263.428</u>
Subtotal		<u>1.688.757</u>	<u>(780.338)</u>	<u>908.419</u>
Total		<u>1.706.700</u>	<u>(787.995)</u>	<u>918.705</u>

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.709	(977)	1.732
Veículos	20%	189	(132)	57
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(3.379)	728
Instalações	11%	1.556	(354)	1.202
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.014	(2.005)	1.009
Imóveis	3%	6.363	(448)	5.915
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		<u>18.112</u>	<u>(7.294)</u>	<u>10.819</u>
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>				
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	224.024	-	224.024
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(13.090)	3.754
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		406.465	-	406.459
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>1.037.372</u>	<u>(754.222)</u>	<u>283.150</u>
Subtotal		<u>1.684.705</u>	<u>(767.312)</u>	<u>917.393</u>
Total		<u>1.702.817</u>	<u>(774.606)</u>	<u>928.211</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referentes a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.
- (v) Foram capitalizados ao imobilizado até o período findo em 31 de março de 2017 R\$33.189 de encargos financeiros (R\$30.335 em 31 de dezembro de 2016), referentes ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

<u>Custo</u>	Consolidado					<u>Total</u>
	<u>Gastos com imobilizados corporativos</u>	<u>Gastos com exploração de recursos naturais em andamento</u>	<u>Gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	
Saldo em 31/12/2015	<u>18.842</u>	<u>201.358</u>	<u>16.844</u>	<u>305.060</u>	<u>1.052.301</u>	<u>1.594.406</u>
(+) Adições do período	569	22.666	(e) -	108.507	(f) 64.475	(g) 196.217
(-) Baixas do período	<u>(1.299)</u>	-	-	<u>(7.107)</u>	<u>(79.404)</u>	(i) <u>(87.810)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>18.112</u>	<u>224.024</u>	<u>16.844</u>	<u>406.460</u>	<u>1.037.372</u>	<u>1.702.813</u>
(+) Adições do período	19	118	(e) -	10.808	(f) (6.877)	(g) 4.069
(-) Baixas do período	<u>(188)</u>	-	-	-	-	(i) <u>(188)</u>
Saldo em 31/03/2017	<u>17.943</u>	<u>224.142</u>	<u>16.844</u>	<u>417.275</u>	<u>1.030.495</u>	<u>1.706.700</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4, (g) adições no Campo de Manati, e (i) variação cambial sobre a provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta e adição da provisão de abandono.

Em 31 de março de 2017, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se a: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4, (g) adições no Campo de Manati, e (i) variação cambial sobre a provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta.

<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>(5.546)</u>	<u>(12.224)</u>	<u>(691.178)</u>	<u>(708.948)</u>
(-) Adições do período	(2.345)	(866)	(63.043)	(66.254)
(+) Baixas do período	<u>597</u>	-	-	<u>597</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>(7.294)</u>	<u>(13.090)</u>	<u>(754.221)</u>	<u>(774.605)</u>
(-) Adições do período	(362)	(178)	(12.846)	(13.386)
(+) Baixas do período	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2017	<u>(7.658)</u>	<u>(13.271)</u>	<u>(767.067)</u>	<u>(787.996)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	31/03/2017
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	195.472	-	195.472
Software	20%	<u>7.863</u>	<u>(5.998)</u>	<u>1.865</u>
Total		<u>732.735</u>	<u>(5.998)</u>	<u>726.737</u>

	Consolidado			
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	31/12/2016
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	195.472	-	195.472
Software	20%	<u>7.863</u>	<u>(5.682)</u>	<u>2.181</u>
Total		<u>732.735</u>	<u>(5.682)</u>	<u>727.053</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2015	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>3.486</u>	<u>728.357</u>
(+) Adições (custo)	-	-	184	184
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(1.490)</u>	<u>(1.490)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>2.180</u>	<u>727.051</u>
(+) Adições (custo)	-	-	-	-
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(315)</u>	<u>(315)</u>
Saldo em 31/03/2017	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>1.865</u>	<u>726.736</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos, no valor de R\$278.692 e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707. Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 21).

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

#### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

Moeda nacional	31/03/2017	31/12/2016	Encargos	Consolidado	
				Forma de pagamento - juros	Vencimento
BNB - Banco do Nordeste	118.704	117.943	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	113.716	118.310	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	<u>121.268</u>	<u>125.270</u>	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
	<u>234.984</u>	<u>243.580</u>			
Total	<u>353.058</u>	<u>361.523</u>			
Circulante	36.738	36.557			
Não circulante	<u>316.320</u>	<u>324.966</u>			
Total consolidado (b)	<u>353.058</u>	<u>361.523</u>			

Em dezembro de 2016 e março de 2017 a TJLP foi de 7,5% a.a..

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

- (b) Saldo não inclui o custo de captação do empréstimo no valor de R\$1.716 em 31 de março de 2017 (valor retido no momento da liberação do crédito).

#### Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2015	<u>369.643</u>
(+) Adições de juros	15.948
(-) Amortização de principal	(11.993)
(-) Amortização de juros	(15.903)
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>357.695</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(1.782)
Saldo final em 31/12/2016	<u>355.913</u>
(+) Adições de juros	4.400
(-) Amortização de principal	(9.013)
(-) Amortização de juros	(3.851)
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>353.058</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(1.716)
Saldo final em 31/03/2017	<u>351.342</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

	Consolidado	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	<u>36.738</u>	<u>36.557</u>
Não circulante	<u>314.604</u>	<u>323.184</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/03/2017</u>
2017	35.605
2018	35.781
2019	37.901
2020 a 2026	<u>252.306</u>
Total	<u>361.593</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes, ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo, 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

## 15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas informações financeiras trimestrais referentes a 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais são:

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$450 (participação da QGEP).

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Auto de Infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007 com vistas a obter a Licença Ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$121 (participação da QGEP).

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do arraste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machadinho (BA), fato este que teria causando danos ambientais no local. A contingência atualizada tem valor de R\$8.701.200,00 (participação da QGEP).

ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no período de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão, montam aproximadamente R\$ 5.843.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre as remessas ao exterior para o pagamento de afretamento no período de 2008 a 2012. O período de 2008 a 2009 refere-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já os anos de 2010 a 2012 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 a 2012, montam aproximadamente a R\$ 88.721.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado à Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, e conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o período findo em 31 de março de 2017, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Em 31 de março de 2017, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Movimentação da provisão para abandono no período findo em 31 de março de 2017:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>225.960</u>
Adição de provisão	<u>27.011</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>(46.914)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>206.057</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>(5.310)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>200.747</u>

- (a) A Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente aos Campos de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati, efetuando a alteração dos valores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

17. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Receita bruta	<u>132.987</u>	<u>180.372</u>
PIS	(2.125)	(2.878)
COFINS	(9.789)	(13.258)
ICMS	(15.060)	(20.511)
Crédito presumido ICMS (*)	3.012	4.102
ISS	(80)	(98)
Descontos - reduções contratuais	<u>(2.579)</u>	<u>(3.970)</u>
Total de deduções	<u>(26.621)</u>	<u>(36.613)</u>
Receita líquida	<u>106.365</u>	<u>143.759</u>

(\*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Custos de extração	(32.937)	(25.717)
Royalties e participação especial	(8.596)	(12.952)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.173)	(1.483)
Amortização e depreciação	<u>(13.027)</u>	<u>(20.301)</u>
Total	<u>(55.733)</u>	<u>(60.453)</u>

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Pessoal	(928)	(897)
Serviços contratados de terceiros	(72)	(101)
Impostos e taxas	(50)	(47)
Anúncios e publicações	(181)	-
Outras despesas	<u>(16)</u>	<u>(10)</u>
Total	<u>(1.247)</u>	<u>(1.055)</u>

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Pessoal	(14.718)	(15.484)
Serviços contratados de terceiros	(2.099)	(2.653)
Seguros	(323)	(416)
Impostos e taxas	(825)	(431)
Anúncios e publicações	(339)	(216)
Patrocínio	-	(14)
Serviços compartilhados	(32)	(25)
Amortização e depreciação	(789)	(965)
Manutenção	(328)	(334)
Locação	(579)	(868)
Outras despesas	(310)	(409)
Alocação de projetos E&P (a)	8.389	11.230
Total	<u>(11.952)</u>	<u>(10.585)</u>

(a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

## 19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Baixa de poços	(25)	399
Aquisição / processamento de sísmica	(399)	(4.168)
Gastos com geologia e geofísica	(2.213)	(976)
Despesas gerais e administrativas	(1.418)	(1.112)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(68)	(141)
Serviços de perfuração	(1.150)	(2.410)
Outros	(782)	(451)
Total	<u>(6.055)</u>	<u>(8.859)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Rendimento das aplicações financeiras (*)	63	89
Outras receitas e despesas financeiras	(2)	-
Total	<u>61</u>	<u>89</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Rendimento das aplicações financeiras (*)	<u>20.988</u>	<u>(19.030)</u>
Fundo cambial	(65.814)	(38.154)
Aplicação Renda Fixa/DI	86.802	19.124
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(1.296)</u>	<u>6.407</u>
Total	<u>19.692</u>	<u>12.623</u>

(\*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente norte-americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu - Almada	Manati Camarão Norte (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção Geopark Brasoil	35 45 10 10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	40 30 30
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção OP Energia	60 20 20
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Statoil (operador) Petrogal Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção	66 14 10 10
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Total (operador) Premier	25 45 30

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
	Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Petra Energia	30 70
	Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-896	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Petra Energia	30 70
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km <sup>2</sup>	Royalties	Taxa de retenção de área por km <sup>2</sup> (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75.650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16.470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	562	745.031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722.400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721.200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768.500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766.300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760.900	10%	31,25	62,50	312,50
SEAL-M-351	11,8	2015	63.860	756,86	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
SEAL-M-428	12,0	2015	36.143	746,24	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
BM-S-8	-	2000	-	392.000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>239,3</u>		<u>195.472</u>					

Em 31 de março de 2017, o compromisso remanescente relativo a Programas Exploratórios Mínimos (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2017/2018.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2018.

Nos blocos adquiridos na Rodada 13 não há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428.

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S-8 compreendem: (i) perfuração de um poço (Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação no poço Carcará NW. O teste de longa duração (TLD) previsto foi substituído pela perfuração e testes do poço Carcará N.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Em função da conclusão da aquisição de sísmica 3D nos blocos do Espírito Santo e da Foz do Amazonas, e da utilização da sísmica 2D preexistente nos blocos de Sergipe-Alagoas, já foi solicitada para a ANP a dedução do PEM respectivo de cada bloco que totalizará R\$33.900. Logo que aprovado pela ANP, nossas Cartas de Garantia serão reduzidas nesse montante.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No período findo em 31 de março de 2017 foram provisionados R\$8.128 (R\$10.893 em 31 de março de 2016) de royalties referentes à produção do campo Manati, dos quais R\$2.803 (R\$2.673 em 31 de dezembro de 2016) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto nº 2705/98, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 31 de março de 2017 foram registrados R\$468 (R\$1.969 em 31 de março de 2016) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$597 (R\$811 em 31 de dezembro de 2016) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R\$634 para o período findo em 31 de março de 2017, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$148 em 31 de dezembro de 2015).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo (MMm <sup>3</sup> )*
Reserva Provada ao 100% da participação em 31/12/2016 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	<u>7.930</u>
Produção	<u>(376)</u>
Volume remanescente em 31/03/2017 - não certificado pela GCA (**)	<u>7.554</u>

(\*) não revisado pelos auditores independentes

(\*\*) Montante estimado a partir da reserva certificada em dezembro de 2016 por peritos especialistas, deduzidas das produções mensais até 31/03/2017 e ajustada pelo aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a QGEP e a Petrobras assinado em 16 de julho de 2015 (nota explicativa 5).

#### c) Garantias

Em 31 de março de 2017, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$344.912. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$239.256 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$105.656.

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD14.400 (R\$45.625 ptax em 31 de março de 2017 e R\$56.229 ptax em 31 de dezembro 2015), referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

## 22. COMPROMISSOS

Em 31 de março de 2017, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>70.758</u>	<u>101.717</u>	<u>331.733</u>

(\*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

### b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2017			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	160.245	160.245
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	105	105	16.414	16.414
Contas a receber (i)	-	-	101.538	101.538
Partes relacionadas	-	-	18.206	18.206
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.351.556	1.351.556
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	230	230	41.923	41.923
Partes relacionadas	-	-	5.515	5.515
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	351.342	357.016

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2016			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	157.764	157.764
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	90	90	17.738	17.738
Contas a receber (i)	-	-	102.292	102.292
Partes relacionadas	-	-	15.498	15.498
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	1.319.862	1.319.862
Aplicações financeiras (ii)				
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	41	41	69.933	69.933
Partes relacionadas	-	-	3.937	3.937
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	359.741	296.294

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>230</u>	<u>230</u>
Total	<u>230</u>	<u>230</u>

	Consolidado				
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 10 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	39.097	709	2.107	10	41.923
Partes relacionadas	-	-	5.515	-	5.515
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.738</u>	<u>314.604</u>	<u>351.342</u>
Total	<u>39.097</u>	<u>709</u>	<u>44.360</u>	<u>314.614</u>	<u>398.780</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (99,4% em 31 de março de 2017 e 97,6% em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No período findo em 31 de março de 2017 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 31/03/2017	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
CDI anual em 31 de março de 2017 (12,13%)	1.074.220				
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo		Redução do CDI	12,13%	9,10%	6,07%
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017		Redução do CDI	1.204.523	1.167.996	1.131.469
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - estimado					
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017			130.303	93.776	57.249
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017			-	(36.527)	(73.054)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 31/03/2017	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
CDI anual em 31 de março de 2017 (12,13%)	160.245				
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017		Redução do CDI	12,13%	9,10%	6,07%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2017		Redução do CDI	179.683	174.234	168.785
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017			19.438	13.989	8.540
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de março de 2017			-	(5.449)	(10.898)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o Banco Central do Brasil.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Operação	Saldo em 31/03/2017	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
TJLP em 31 de março de 2017 (7,5% a.a.) Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	121.268 (b)	Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2017		Alta da TJLP	7,5%	9,38%	11,25%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2017			9.095	11.539	13.984
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2017			130.363	132.807	135.252
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017			-	2.244	4.889

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano contratadas pela Companhia.

Operação	Risco	Consolidado			
		31/03/2017			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de março de 2017 (R\$3,1684)					
Fundo cambial - ativo	Redução do US\$	87.532	336.716	336.716	336.716
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2017			3,31	2,48	1,66
Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2017			351.764	263.823	175.882
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017			15.048	(72.893)	(160.834)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2017			-	(87.941)	(175.882)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de março de 2017, de acordo com o relatório Focus em 20 de abril de 2017, emitido pelo Banco Central do Brasil.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações Ordinárias</u>	<u>% de Participação</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.575.162	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	<u>211.232</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

### ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários-chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	<u>01/01/2017 a 31/03/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/03/2016</u>
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do período	42.788	46.481
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>257.852</u>	<u>257.852</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,16</u>	<u>0,17</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo, uma vez que em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014	Plano 2013	Plano 2012 (2º outorga)	Plano 2012 (1º outorga)	Plano 2011
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de período da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de março de 2017 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de Período médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>14,70</u>
Concedidas no período - 24/02/2014	<u>2.296.500</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	<u>8.005.775</u>	<u>13,56</u>
Concedidas no período - 12/03/2015	<u>2.334.915</u>	<u>6,36</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	<u>10.340.690</u>	<u>12,36</u>
Concedidas no período - 23/02/2016	<u>2.334.915</u>	<u>4,88</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017	<u>12.675.605</u>	<u>11,29</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O intervalo de preços de período e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de período para as opções exercíveis no período findo em 31 de março de 2017 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em mar/2017	Maturidade em anos	Preço de período	Opções exercíveis em mar/2017	Preço de período médio (*)
Plano 2016	2.334.915	7	4,88	-	5,11
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	7,31
Plano 2014	2.296.500	7	8,98	1.977.775	11,24
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	1.766.933	16,88
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	550.000	17,36
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	1.941.517	19,99
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	1.097.439	26,89

(\*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“INPC”).

Para o período findo em 31 de março de 2017, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$914, sendo R\$310 da outorga do plano de 2014, R\$305 da outorga do plano de 2015 e R\$299 da outorga do plano de 2016, e a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

A redução do saldo em 31 de março de 2017 quando comparado com os reflexos de 2016 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos períodos anteriores, bem como o não reconhecimento de despesa do Plano referente a 2011, os 2 Planos de 2012 e o Plano de 2013 (duração da opção por 3 anos).

## 25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04//2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>
Outorga de opção de compra de ações 2014	<u>2.245.357</u>	<u>18.507</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 31 de março de 2017	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>

(\*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

#### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de março de 2017:

Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>6,15</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>48.921</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de março de 2017 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

## 26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importâncias seguradas</u>
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mar-17</u>
Responsabilidade civil geral	21/07/2016	30/06/2018	418.760
Riscos de petróleo e operacionais	21/07/2016	30/06/2018	<u>631.134</u>
Total			<u>1.049.894</u>

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

#### 27. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do período de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	Controladora	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Despesas previdência privada	(8)	(8)
Total	(8)	(8)

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
Despesas previdência privada	(66)	(321)
Total	(66)	(321)

#### 28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Fornecedores de imobilizado	11.075	16.277
Varição cambial sobre provisão de abandono e imobilizado	(5.310)	25.360
Encargos financeiros capitalizados	33.189	21.174

#### 29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de maio de 2017 e autorizadas para arquivamento junto à CVM em 10 de maio de 2017.

30. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

---

**Conselho de Administração**

Antonio Augusto de Queiroz Galvão  
Mauricio José de Queiroz Galvão  
Ricardo de Queiroz Galvão  
José Augusto Fernandes Filho  
Leduvy de Pina Gouvêa Filho  
Luiz Carlos de Lemos Costamilan  
José Luiz Alqueres

---

**Diretoria**

Lincoln Rumenos Guardado  
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real  
Danilo Oliveira

---

**Conselho Fiscal**

Sérgio Tuffy Sayeg  
José Ribamar de Lemos de Souza  
Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves

---

**Controller e Contadora responsável**

Ana Glória de Oliveira Nogueira  
Fernanda Amaral Rodrigues de Britto  
CRC/RJ - 090.320 O-4

---

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2017.



---

Lincoln Rumenos Guardado  
Diretor Presidente



---

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



---

Danilo Oliveira  
Diretor

DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2017.



Lincoln Rumenos Guardado  
Diretor Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Danilo Oliveira  
Diretor